

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

***CARACTERÍSTICAS PSICOMÉTRICAS DO INVENTÁRIO DE ALIANÇA  
PARENTAL NUMA AMOSTRA DE FAMÍLIAS EM RISCO  
PSICOSSOCIAL***

Mariana Gomes Dias

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Clínica e da Saúde

Trabalho realizado sobre a orientação da Professora Doutora Cristina Nunes

2019

Mariana Gomes Dias

***CARACTERÍSTICAS PSICOMÉTRICAS DO INVENTÁRIO DE ALIANÇA  
PARENTAL NUMA AMOSTRA DE FAMÍLIAS EM RISCO  
PSICOSSOCIAL***

Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde

Trabalho realizado sobre a orientação da Professora Doutora Cristina Nunes

Universidade do Algarve

2019

# **Características Psicométricas do Inventário de Aliança Parental numa Amostra de Famílias em Risco Psicossocial**

## **Declaração de autoria de trabalho**

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

---

(Mariana Gomes Dias)

## **Copyright by**

**Mariana Gomes Dias**

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

## **Agradecimentos**

À minha orientadora Professora Doutora Cristina Nunes, pela constante disponibilidade e ajuda, pela partilha de ensinamentos e por todos os conselhos que me deu ao longo da realização desta dissertação. Sem a sua ajuda, este estudo não seria possível.

Às minhas colegas, Márcia e Délia, pela amizade, pelos conselhos, por estarem ao meu lado e disponíveis nesta etapa do percurso académico.

À Patrícia e à Mónica, que me acompanham nesta aventura desde o início. Obrigada por estarem sempre presentes, por me apoiarem e darem força para conquistar esta vitória.

Ao meu namorado, por todo o carinho, todo o apoio e por estar sempre presente, mas principalmente nas alturas mais difíceis.

À minha avó, que sempre acreditou em mim e nas minhas capacidades, que sempre me deu força para continuar e alcançar os meus sonhos.

Aos meus pais e irmão. Sem eles nada disto era possível. Obrigada pelo apoio incondicional, pela força para não desistir, pela preocupação, pelo carinho e por todos os esforços que fizeram.

A todos aqueles que me apoiaram e motivaram para terminar esta etapa. Muito obrigada!

## **Resumo**

O Inventário de Aliança Parental (Abidin & Brunner, 1995), é um instrumento de autorrelato que avalia a aliança parental e a relação de apoio e confiança que existe no casal como progenitores. Esta dimensão da parentalidade tem impacto no comportamento parental e nos *resultados* das crianças pelo que é de extrema importância estudá-la e ter disponíveis instrumentos que a permitam avaliar. Isto torna-se ainda mais urgente com famílias de risco, onde o bem estar das crianças pode estar mais comprometido e onde a aliança parental pode surgir como um atenuador da situação em que vivem. Neste sentido considerámos importante a validação deste instrumento para a população portuguesa, através da análise fatorial confirmatória, recorrendo a uma amostra de famílias em risco.

Neste estudo participaram um total de 273 famílias de crianças com idades entre os 0 e os 18 anos, residentes no Algarve, com uma medida de promoção e proteção nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens devido à existência de situações de risco, sem gravidade suficiente que necessite de medidas de proteção de afastamento da família. Foram utilizados quatro instrumentos para obter informações relativas aos dados sociodemográficos, à aliança parental, às competências parentais percebidas, ao stress parental, e à satisfação marital.

Os resultados obtidos confirmam que o PAI apresenta boas características psicométricas para a sua validação, apresentando níveis de consistência interna e fiabilidade bastante satisfatórios.

**Palavras-chave:** aliança parental, análise fatorial confirmatória, características psicométricas, famílias em risco psicossocial, validação.

## **Abstract**

The Parenting Alliance Inventory (Abidin & Brunner, 1995), is a self-report instrument that measures the parenting alliance and the relationship of support and trust that exists between the couple as parents. This dimension of parenting has an impact on parental behaviour and children outcomes, reasons why it is extremely important to study it and have access to instruments that allow us to measure it. This is even more urgent in at-risk families, where the well-being of the children can be compromised and where the parenting alliance can mitigate the situation in which they live. In this sense, we consider important the validation of this instrument to the Portuguese population, through a confirmatory factor analysis, using a sample of at-risk families.

In this study participated a total of 273 families with children between the ages of 0 and 18 years old, living in Algarve, with a promotion and protection measure in the Child and Youth Protection Committees due to the existence of risk situations, without sufficient severity that require protection measures of removal from the family. Four instruments were used to obtain information on socio-demographic data, parenting alliance, parenting sense of competence, parenting stress, and marital satisfaction.

The results confirm that the PAI presents good psychometric characteristics for its validation, presenting levels of internal consistency and reliability quite satisfactory.

**Keywords:** at-risk families, confirmatory factor analysis, parenting alliance, psychometric characteristics, validation.

## Índice

Introdução.....	1
Capítulo 1 - Aliança Parental .....	3
1.1. Conceptualização.....	3
1.2. Modelos teóricos.....	5
1.3. Determinantes da aliança parental .....	6
1.4. Influência da aliança parental no funcionamento familiar .....	7
Capítulo 2 - Familiais em risco psicossocial .....	12
2.1. Concetualização .....	12
2.2. Fatores de risco e proteção .....	14
Capítulo 3 - Avaliação da Aliança Parental .....	16
Capítulo 4 – Objetivos de investigação.....	20
Capítulo 5 - Metodologia .....	21
5.1. Amostra .....	21
5.2. Instrumentos .....	21
5.3. Procedimentos .....	23
5.3.1. Recolha de dados.....	23
5.3.2. Plano de análise dos dados .....	23
Capítulo 6 - Apresentação dos Resultados .....	24
6.1. Características dos participantes .....	24
6.2. Análise descritiva inicial do PAI.....	26
6.3. Análise fatorial confirmatória .....	29
6.4. Validez de constructo .....	31
Capítulo 7 – Discussão dos Resultados.....	33
Capítulo 8 – Conclusões.....	36
Capítulo 9 - Referências bibliográficas .....	37

## **Índice de Figuras**

Figura 1 - Modelo dos determinantes do comportamento parental (Abidin, 1992).....	7
Figura 2 - Diagrama da Solução Fatorial do PAI.....	30

## **Índice de Tabelas**

Tabela 1 - Dados sociodemográficos dos participantes .....	25
Tabela 2 - Itens do Inventário de Aliança Parental .....	26
Tabela 3 - Estatísticas descritivas do PAI para a população de risco .....	27
Tabela 4 - Análise da capacidade discriminante dos 20 itens originais do PAI para as famílias da população de risco (N = 249) .....	28
Tabela 5 - Indicadores da bondade do ajuste para os diferentes modelos ML do PAI .....	29
Tabela 6 - Carga fatorial dos itens para o PAI .....	30
Tabela 7 - Alfa de Cronbach, média das correlações inter-item, correlações corrigidas item-total.....	31
Tabela 8 - Relação entre o PAI e os restantes instrumentos .....	32
Tabela 9 - Relação entre o PAI e as dimensões dos restantes instrumentos .....	32

## **Índice de Anexos**

Anexo A – Inventário de Aliança Parental (tradução portuguesa).....	49
---	----

## **Siglas e abreviaturas**

PAI - Inventário de Aliança Parental

PAM – Medida de Aliança Parental

PAM-R – Medida de Aliança Parental – Versão Reduzida

PSOC – Escala de Competências Parentais Percebidas

PSI-SF – Escala de Stress Parental – Versão Reduzida

EMS – Escala de Satisfação Marital

SM – Satisfação Marital

DI – Distorção Idealizada

## Introdução

A família é um sistema complexo e composto por outros subsistemas, sendo o subestima mãe-pai, o responsável pela regulação das interações e dos resultados familiares (Minuchin, 1985). A este subsistema pertence a relação coparental ou aliança parental que é a parte da relação marital que se relaciona com a parentalidade e com o cuidado à criança e diz respeito à cooperação entre os pais em relação à prestação de cuidados à criança (Abidin & Brunner, 1995). A aliança parental pode ser influenciada por diferentes fatores exercendo impacto no comportamento parental e no desenvolvimento das crianças (Abidin, 1992; Feinberg, 2003), sendo uma dimensão relevante da ecologia parental.

No entanto, nem todas as famílias conseguem realizar as adequadamente as tarefas relacionadas com a parentalidade, como é o caso das famílias em risco psicossocial. Estas famílias são aquelas que, devido a várias circunstâncias, não asseguram o desenvolvimento ou o bem-estar da criança. No entanto estas situações não são severas o suficiente de modo a ser necessário separar a criança da sua família (Rodrigo & Byrne, 2011).

É importante estudar esta dimensão na população portuguesa, principalmente na população em risco, uma vez que uma aliança parental coesa pode fornecer aos pais os recursos para que exerçam uma parentalidade mais eficaz, o que se torna benéfico para a criança e pode ainda atenuar a situação de risco em que esta se encontra (Behnke et al., 2008; Feinberg, 2002; Gable, Belsky, & Crnic, 1992). Torna-se assim importante estarem disponíveis instrumentos adaptados e validados para a população portuguesa.

Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo principal validar para a população portuguesa o Inventário de Aliança Parental (*Parenting Alliance Inventory*, PAI) que foi desenvolvido por Abidin e Brunner (1995). Mais especificamente pretendemos confirmar a

estrutura unidimensional do Inventário de Aliança Parental, analisar a consistência interna da escala através do alfa de Cronbach e analisar a validade de critério com outras medidas que avaliam a parentalidade e relação conjugal.

Este estudo divide-se em duas grandes partes: a revisão de literatura, na qual são abordados três temas essenciais para a compreensão da temática em estudo, e o estudo empírico.

Em relação à primeira parte, no primeiro capítulo é abordada a aliança parental, mais propriamente a sua definição, os modelos teóricos existentes, os seus determinantes e qual a sua influência em relação ao funcionamento familiar. O segundo capítulo diz respeito às famílias em risco psicossocial, especificamente a sua definição e os fatores de risco e proteção associados. O terceiro capítulo refere-se aos diferentes instrumentos utilizados para avaliar a aliança parental.

A segunda parte engloba os objetivos de investigação, a metodologia e os resultados obtidos relativamente às características dos participantes, à análise descritiva do PAI, à análise fatorial confirmatória e à validade de constructo. Por fim é apresentada a discussão dos resultados, as limitações do estudo e uma conclusão.

## Capítulo 1 - Aliança Parental

### 1.1. Conceptualização

A aliança parental é a parte da relação marital relacionada com a parentalidade e com o cuidado à criança, e refere-se ao investimento e à cooperação entre os pais para a prestação de cuidados à criança (Abidin & Brunner, 1995). É considerada como um dos elementos necessários para que exista harmonia na família, sendo também responsável pelas trajetórias quer adaptativas, quer desajustadas da criança. Estas trajetórias podem ser explicadas pela qualidade e funcionamento adequado da relação conjugal e parental, onde quanto melhor for essa relação, melhor serão os níveis de bem-estar e adaptação das crianças (Lamela, Nunes-Costa, & Figueiredo, 2010).

Uma forte aliança parental é caracterizada pelo investimento de ambos os pais na criança; pela valorização que cada um faz do envolvimento de ambos com a criança; pelo respeito da opinião de cada um em relação à criança; e pelo desejo de comunicarem um com o outro relativamente à prestação dos cuidados à criança (Abidin & Brunner, 1995).

Feinberg (2003) considera a aliança parental como um mediador importante da influência do contexto extrafamiliar em cada membro e na própria relação da família. Considera ainda que a aliança parental é influenciada por diversos fatores e que esta tem impacto nos diversos *resultados*, tanto dos pais como das crianças.

A aliança parental, mais precisamente o equilíbrio e a reciprocidade das relações entre os pais, parece atuar como um elemento central para a saúde e bem-estar das crianças e para a compreensão dos processos familiares (Feinberg, 2002, 2003; Gable, Crnic & Belsky, 1994; Lamela et al., 2010; Van Egeren & Hawkins, 2004).

Na literatura encontramos também o conceito de coparentalidade para referir-se à aliança parental. Gable e os seus colaboradores (1994) defendem que a coparentalidade estabelece a ligação entre a qualidade das interações dos pais e o percurso de desenvolvimento dos filhos, considerando que a coparentalidade explica a ligação causal entre as relações conjugais, as práticas e os estilos parentais e o nível de adaptação dos filhos.

De acordo com Feinberg (2002, 2003) a coparentalidade diz respeito à forma como ambos os progenitores trabalham em conjunto no seu papel de pais. A coparentalidade refere-se então ao envolvimento de ambos os pais na educação, na formação e nas decisões sobre a vida dos filhos e engloba quatro componentes: apoio versus enfraquecimento em relação ao papel coparental; diferenças em relação ao cuidado da criança; divisão do trabalho parental; e controlo das interações familiares.

Van Egeren e Hawkins (2004) sugerem uma definição de coparentalidade que tenta responder à diversidade atual de estruturas familiares, considerando que esta dimensão não pode estar simplesmente associada a casais que se encontrem casados. Os autores sugerem que a relação de coparentalidade existe quando pelo menos dois indivíduos assumem, através de um acordo mútuo ou devido às normas sociais, responsabilidade conjunta pelo bem-estar de uma criança. Neste sentido a coparentalidade torna-se uma dimensão viável em casais casados, casais que nunca casaram e casais divorciados, independentemente da orientação sexual e se a criança é filho(a) biológico(a) dos seus cuidadores.

Esta definição também engloba circunstâncias nas quais os cuidadores não estão/estiveram envolvidos romanticamente, tais como os casos em que mães jovens cuidam da criança em conjunto com as suas próprias mães. Para além disto, com esta definição os autores incorporam na relação de coparentalidade os pais ausentes, considerando que apesar deste tipo de relação não ser positiva, o parceiro ausente e com potencial para se envolver na relação,

encontra-se representado na mente tanto do parceiro como da criança, podendo ser um modelo de coparentalidade para a mesma o que pode levar a problemas ao nível da coparentalidade quando a criança se tornar adulta. Ao longo deste estudo será utilizado o termo Aliança Parental.

## **1.2. Modelos teóricos**

Lamela e colaboradores (2010), numa revisão sobre os modelos teóricos da parentalidade sintetizam três modelos da coparentalidade.

O modelo de Margolin, Gordis e John (2001) concetualizado com três dimensões da coparentalidade, sendo estas, o conflito parental relacionado com temas parentais; a cooperação, considerada como um elemento principal para a aliança coparental; e a triangulação, que se relaciona com uma ligação especial entre um dos pais e o filho, levando à rejeição do outro progenitor. Para além destes três fatores, os autores consideram que também o sexo, tanto dos filhos como dos pais, e a idade dos filhos condicionam a coparentalidade.

O segundo, é o Modelo da Estrutura Interna e Contexto Ecológico da Coparentalidade de Feinberg (2003). O autor considera que é ao partilhar o cuidado de uma determinada criança que surge a coparentalidade, sendo que esta relação coparental está associada à qualidade, coordenação e suporte que cada um dos progenitores fornece ao outro em relação à prestação de cuidados à criança.

De acordo com Feinberg (2003) existem quatro componentes no subsistema coparental, sendo elas, acordo nas práticas parentais, divisão do trabalho, suporte/sabotagem, e gestão conjunta da família. A coparentalidade é o resultado da relação destes componentes, podendo ser considerada como um processo familiar influenciado e influenciador de fatores externos à relação coparental. No seu modelo, o autor considera que a coparentalidade é influenciada pelas

características de cada pai que afetam a relação coparental, por fatores familiares que podem exercer um efeito na aliança coparental, e pelo ambiente extrafamiliar.

O terceiro modelo, é o Modelo de Van Egeren e Hawkins (2004), onde os autores conceitualizam a coparentalidade como uma estrutura tanto externa, como interna. A estrutura externa tenta responder a questões instrumentais do modelo, como quem se pode considerar como pertencente a uma díade coparental e quando e onde existem interações entre essa díade. Neste sentido a coparentalidade é vista como um subsistema pertencente a todas as famílias onde existam filhos, ou seja, existe díade coparental sempre que existem duas pessoas responsáveis pelo cuidado de um filho, independentemente do tipo de sistema familiar.

A estrutura interna diz respeito a todas as dimensões intrapessoais e intrafamiliares exclusivas da aliança coparental, como por exemplo, sentimentos, valores, atitudes e ações de cada um dos pais. Os autores consideram como dimensões da coparentalidade a solidariedade coparental, composta pela componente afetiva da aliança coparental; o suporte coparental, relacionado com os comportamento e estratégias a que cada membro da díade recorre de modo a alcançar os objetivos parentais; e a parentalidade sabotada, associada às diferentes estratégias e comportamentos que surgem como obstáculo aos objetivos parentais.

### **1.3. Determinantes da aliança parental**

A aliança parental é uma das dimensões que predizem o comportamento parental no modelo proposto por Abidin (1992). De acordo com este modelo (Figura 1), o comportamento parental é influenciado diretamente pelo stresse parental, sendo este moderado pela relevância do papel parental conjuntamente com a influência positiva ou negativa dos stressores. Estes stressores exercem também impacto no papel parental e associam-se às características dos pais,

ao trabalho, ao ambiente, à relação marital, aos problemas do dia-a-dia, aos acontecimentos de vida e às características da criança.

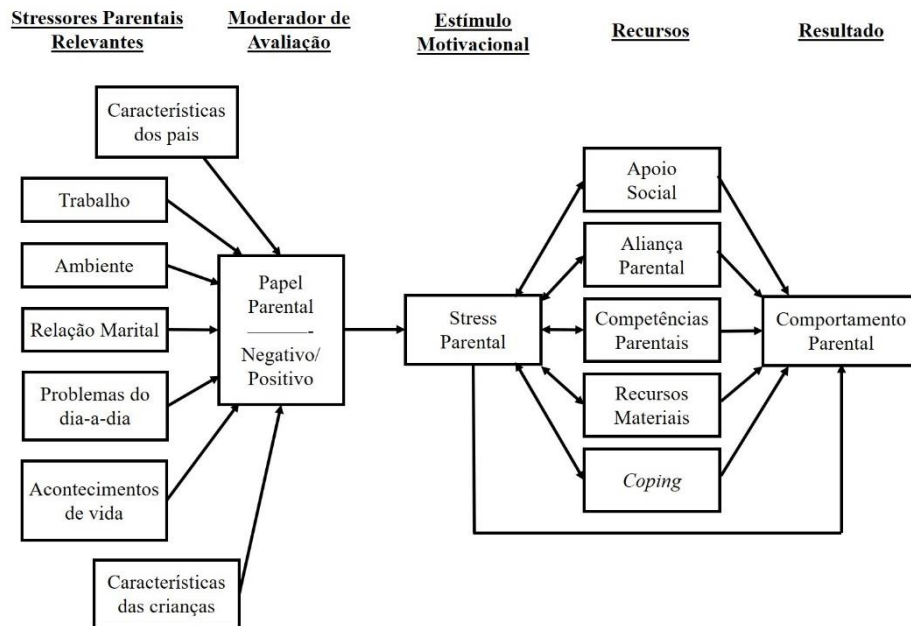


Figura 1 - Modelo dos determinantes do comportamento parental (Abidin, 1992)

O stresse parental influencia e é influenciado por outras dimensões como o apoio social, a aliança parental, as competências parentais, os recursos materiais e o  *coping*  que por si influenciam o comportamento parental e posteriormente o ajustamento das crianças.

#### 1.4. Influência da aliança parental no funcionamento familiar

Para Minuchin (1985) as teorias dos sistemas familiares descrevem as famílias como um sistema complexo composto por diferentes subsistemas, como o subsistema pais-filho ou o subsistema mãe-pai, no qual este último se constitui como um subsistema executivo que regula as interações e os resultados da família. A relação coparental constitui-se como uma parte deste subsistema e destina-se ao bem estar da criança (Margolin et al., 2001). Neste sentido, podemos considerar a aliança parental como um mediador entre a relação marital dos pais e a relação dos

mesmos com a criança (Bonds & Gondoli, 2007; Margolin et al., 2001), tal como em relação ao ajustamento da criança (Baril, Crouter, & McHale, 2007).

De acordo com Cohen e Weissman (1984) uma relação marital de suporte e satisfatória deverá contribuir para o desenvolvimento e manutenção de uma forte aliança parental. Em sentido contrário, dificuldades na relação marital podem afetar citada aliança parental e consequentemente uma parentalidade eficaz (Belsky, 1984; Burman, John, & Margolin, 1987; Fauber & Long, 1991; Jouriles & Farris, 1992).

Segundo Morrill, Hines, Mahmood e Córdova (2010) um baixo nível de aliança parental influencia o ajustamento do sistema familiar e aumenta o stress parental. Os autores concetualizam que a qualidade da relação marital afeta a aliança parental, que por si afeta as práticas parentais do casal, mas também que a aliança parental prediz diretamente tanto a qualidade da relação marital como as práticas parentais do casal.

Para Feinberg (2002, 2003) o apoio dado ao companheiro(a), parte da relação marital e associado à saúde da mesma, parece ser influenciado pela coparentalidade. Em sentido contrário, vários aspetos da relação marital, como a colaboração e o trabalho de equipa parecem influenciar a relação coparental (McHale et al., 2004).

Uma aliança parental coesa parece fornecer aos pais os recursos necessários de modo a que estes exerçam as suas funções de pais de forma eficaz e de forma a que coordenem os seus papeis parentais de forma a beneficiar a criança (Behnke et al., 2008; Feinberg, 2002; Gable et al., 1992). Por outro lado, segundo Kitzmann (2000), uma aliança parental mais fraca pode tornar os pais mais vulneráveis a hostilidades e a competições, o que pode gerar a formação de expectativas diferentes em relação à criança, desacordo em relação à forma como cuidam da criança e a tensões relacionadas com o cuidado à criança. Para Floyd, Gilliom e Costigan

(1998), a ausência de cooperação entre os pais prediz um aumento de comportamento negativo da criança para com a mãe e com o pai.

Belsky (1984) refere que a personalidade é um dos determinantes da parentalidade, pois esta influência a relação marital e as relações com a família. Neste sentido Kolak e Volling (2007), na investigação que realizaram na qual examinaram a qualidade marital e a expressão emocional dos pais como determinantes da coparentalidade, concetualizam que a expressão emocional positiva do pai ajuda a proteger a relação familiar de conflitos, pode ser benéfico para as interações familiares e ajuda a prevenir a triangulação na relação coparental de debilitar a relação marital.

Desta forma, a aliança parental parece ter um efeito de mediador do funcionamento familiar e dos efeitos da qualidade marital nas experiências parentais, tendo também o potencial de melhorar este funcionamento e o ajustamento parental (Camisasca, Miragoli, Caravita, & Di Blasio, 2015; Feinberg, 2002; Floyd et al., 1998; Margolin et al., 2001),

Teubert e Pinquart (2010) realizaram uma meta-análise relativamente à associação entre coparentalidade e o ajustamento das crianças, na qual consideram que a coparentalidade é um fator relevante no desenvolvimento das crianças, desde que são pequenas até à adolescência. Os resultados do estudo que realizaram revelam que a forma como os pais coordenam em conjunto o cuidado à criança está significativamente relacionada com o ajustamento psicossocial da mesma, considerando assim que a coparentalidade é um preditor significativo nas mudanças no ajustamento psicológico da criança.

São vários os aspetos da relação coparental que parecem ter impacto em comportamentos e sintomas internalizantes e externalizantes desde a infância à adolescência (Teubert & Pinquart, 2010). As crianças que testemunham conflitos regulares entre os pais podem apresentar comportamento externalizantes, pois percecionam a agressão física ou verbal

como uma forma adequada de gerir conflitos nas suas relações interpessoais (Buehler et al., 1998). Os processos como a triangulação podem gerar sentimentos na criança de obrigação a tomar partido por um dos pais ou de medo que os mesmos se separem, o que pode contribuir para sintomas internalizantes (Buehler et al., 1998; Buehler & Welsh, 2009). Teubert e Pinquart (2010) sugerem também que os filhos não reconhecem e respondem apenas aos aspetos visíveis do comportamento dos pais, como o conflito, mas também aos aspetos mais “escondidos” como a ausência de cooperação e de suporte entre os pais.

Uma forte aliança parental fornece uma relação de suporte entre os pais que promove a segurança emocional das crianças; esta segurança contribui positivamente para o ajustamento da criança, pois permite que a mesma regule as suas próprias emoções e comportamentos (Favez et al., 2006; McHale & Rasmussen, 1998). Por outro lado, os níveis elevados de hostilidade e competitividade entre os pais podem causar angústia, incerteza e hipervigilância na criança, o que pode interferir com a sua habilidade para lidar com as emoções e comportamentos de forma eficaz (Camisasca, Miragoli, & Di Blasio, 2013; Davies & Cummings, 1994; McHale, Kuersten, & Lauretti, 1996; McHale & Rasmussen, 1998).

Na sua metanálise Teubert e Pinquart (2010) observaram que as famílias de baixos rendimentos mostraram uma relação mais forte entre triangulação e sintomas de externalização. Por outro lado, observaram que o sexo e a idade dos filhos são variáveis relevantes no modo como o comportamento dos pais exerce influência (Teubert & Pinquart, 2010). Por exemplo, Belsky, Putnam e Crnic (1996) observaram que a ausência de cooperação entre os pais quando o filho tem dois anos parece contribuir para inibição nos rapazes aos 3 anos de idade. No mesmo sentido, Stright e Neitzel (2003) observaram que uma fraca cooperação parental durante as férias de Verão levaram a problemas de atenção, passividade e a notas mais baixas a matemática em alunos do 3º ano.

Inversamente, os pais de crianças com 14 meses que concordam no controlo que exercem como pais, teriam filhos mais obedientes aos 18 meses (Lindsey & Caldera, 2005). McHale e Rasmussen (1998) sugerem que o conflito parental na infância prediz níveis mais elevados de comportamento agressivo aos 4 anos de idade.

A aliança parental pode não exercer tanta influência no bem-estar dos adolescentes, no entanto, exerce algum impacto no ajustamento destes (Teubert & Pinquart, 2010). O conflito coparental parece estar associado a comportamentos de risco (Baril et al., 2007) e antissociais na adolescência (Feinberg, Kan, & Hetherington, 2007) e a triangulação a problemas de internalização (Buehler & Welsh, 2009).

Os rapazes parecem ser mais vulneráveis aos conflitos intrafamiliares que as raparigas, apresentando um funcionamento social mais prejudicado quando os pais não concordam em relação ao cuidado à criança, do que as raparigas (Teubert & Pinquart, 2010). Forehand e Jones (2003) demonstraram no seu estudo que baixos níveis de conflito entre os pais protegem as raparigas de sintomas depressivos e comportamento agressivo em contexto de uma vizinhança violenta.

Pelo que foi atrás exposto, podemos concluir que a aliança parental é uma dimensão relevante na ecologia parental, que está associada ao funcionamento e ajustamento familiar e infantil pelo que é importante que investigadores e profissionais disponham de instrumentos adaptados e validados ao contexto português. Este aspeto adquire especial importância nas famílias em risco psicossocial.

## **Capítulo 2 - Familiais em risco psicossocial**

### **2.1. Concetualização**

A família é um grupo social complexo que partilha um projeto de vida comum, no qual os seus membros estabelecem um compromisso, desenvolvem sentimentos de pertença e estabelecem relações de intimidade, reciprocidade e dependência. Insere-se num contexto social mais alargado, com o qual mantém uma continua interação e é considerada como o órgão que assegura a sobrevivência, o crescimento e o desenvolvimento saudável das crianças, influenciando o seu comportamento e determinando a sua personalidade (Biasoli-Alves, 2004; Drummond & Drummond, 1998; Palacios & Rodrigo, 1998).

No entanto, nem todas as famílias conseguem realizar as adequadamente as tarefas relacionadas com a parentalidade. As famílias em risco psicossocial são aquelas que, por circunstâncias diversas, tanto pessoais como ambientais, não asseguram o desenvolvimento ou o bem-estar da criança. No entanto estas situações não são severas o suficiente de modo a ser necessário separar a criança da sua família (Rodrigo & Byrne, 2011). Devido a estas circunstâncias, as competências parentais diminuem e a capacidade para prestar o cuidado apropriado à criança fica comprometida, afetando assim o desenvolvimento, o bem-estar infantil (Nunes, Lemos, Ayala Nunes, & Costa, 2013) e a integridade física e psicológica (López, 2008).

Vários estudos realizados no Sul de Portugal e Espanha mostram que o perfil destas famílias se caracteriza por uma elevada precariedade económica, laboral e educativa. Em relação às características pessoais e às trajetórias de vida, estas famílias caracterizam-se por uma acumulação de situações e experiências stressantes que têm repercussões na dinâmica familiar, por baixa autoestima nas áreas emocional e intelectual e por relações conjugais problemáticas (Menéndez, Hidalgo, Jiménez, Lorence & Sánchez, 2010; Nunes, Ayala-Nunes,

Martins & Gonçalves, 2019, Nunes & Ayala Nunes, 2015). Estas famílias, devido à precariedade econômica associada ao desemprego e à instabilidade laboral, são muitas vezes apoiadas por ajudas sociais (Cantó & Mercader, 2000; García, Malo, Toharia, 2001). Rodrigo, Máiquez, Martín e Byrne (2008) consideram que existem outras fontes de precariedade como o baixo nível de educação dos pais. Estes indicadores levam a considerar estes contextos como influenciadores do bem estar e do ajuste de todos os membros destas famílias, principalmente os menores (Menéndez et al., 2010).

Gómez, Muñoz e Haz (2007), na sua revisão da literatura com o objetivo de caracterizar as famílias em risco, propõe quatro eixos interligados entre si: 1) poli-sintomatologia e crises recorrentes, 2) desorganização, 3) abandono das funções parentais, e 4) isolamento. A nível da poli-sintomatologia os autores referem-se à presença de diversos problemas complexos e graves, à existência de mais do que um portador de sintomatologia e aos episódios recorrentes de crises individuais e familiares; já as crises recorrentes podem ocorrer devido a dificuldades de natureza material ou física, como desemprego, doenças crônicas, entre outros, à marginalização social ou adaptação a contextos violentos ou stressantes, e devido a relações conflituosas no interior do sistema familiar.

Em relação à desorganização, os autores consideram que estas famílias apresentam uma comunicação disfuncional e uma estrutura caótica. Relativamente ao abandono das funções parentais, os autores consideram que em diversos casos estas famílias demonstram um elevado grau de incompetência parental e de negligência, o que pode levar à separação/retirada dos filhos destas famílias, contribuindo também para a diminuição da capacidade de inserção e adaptação social das crianças. No que diz respeito ao isolamento estas famílias apresentam um distanciamento físico e emocional em relação à família alargada e à rede de apoio social e institucional.

De acordo com Lorence, Hidalgo e Dekovic (2013) as famílias em risco psicossocial passam por contextos marcados pela adversidade, sendo um grupo caracterizado por elevados níveis de stresse, consequência das circunstâncias adversas de vida pelas quais passam. Este contexto no qual as famílias em risco se inserem influenciam o adequado desenvolvimento das funções parentais (Hidalgo, Menéndez, Sánchez, Lorence, & Jiménez, 2010; Rodrigo et al., 2008).

## **2.2. Fatores de risco e proteção**

Estas famílias constituem-se como um grupo vulnerável pois vivem em condições económicas, educacionais e de trabalho precárias, estando assim expostas a um elevado número de fatores de risco (Ayala-Nunes, Hidalgo, Jimenez, & Jesus, 2016). Este maior número de fatores de risco provoca stress nos pais e exerce uma influencia negativa no desenvolvimento e no bem estar das crianças destas famílias (Ayala-Nunes et al., 2016; Ayala-Nunes, Nunes, & Lemos, 2017).

Como um dos fatores de risco presentes nestas famílias, e que parece ter um impacto na aliança parental, podemos considerar o elevado número de filhos. Ayala-Nunes, Nunes e Lemos (2013) consideram que é possível que à medida que o número de filhos aumenta e os pais experienciam mais responsabilidades e novas tarefas associadas a esse aumento, os pais começam a ser mais negligentes em relações às suas tarefas de parentalidade e as mães sentem-se menos satisfeitas com o apoio que recebem, considerando este como não suficiente. Este aspeto contribui para aumento do stress no casal e também para a diminuição da satisfação marital (Belsky, Lang, & Rovine, 1985; Ruble, Hackel, Fleming, & Stangor, 1988), dois aspetos que influenciam a aliança parental.

Outros fatores de risco associados a estas famílias são os fracos recursos económicos, a presença de diversos acontecimentos de vida negativos, o elevado índice de desemprego e o isolamento social, sendo que estas situações resultam em elevados níveis de stress nos pais (Ayala-Nunes et al., 2017), fatores que parecem dificultar a relação do casal e consequentemente a aliança parental (Brody et al., 1994; Simons, Lorenz, Wu, & Conger, 1993).

Como fator de proteção, que modifica ou pode contribuir para a diminuição ou supressão das influências negativas da exposição ao risco (Rutter, 1987), podemos considerar o apoio social prestado a estas famílias (Coelho & Ribeiro, 2000). Segundo Wills e Shinar (2000) este apoio social pode reduzir o stress parental que resulta das condições de vida destas famílias. No entanto, segundo Ayala-Nunes e colaboradores (2017), para estas famílias o suporte fornecido pelos profissionais da rede de apoio tem de ser percebido como útil para exercer uma influência positiva e diminuir o stress parental sentido.

Para Ayala-Nunes e colaboradores (2013) algumas características destas famílias podem ser consideradas como fatores protetores. No seu estudo, uma parte significativa da amostra de famílias em risco eram estáveis e tinham os dois pais presentes, e apenas uma pequena parte dos participantes dependia exclusivamente de apoios sociais como fonte de rendimento.

Ayala-Nunes, Lemos e Nunes (2014), realizaram um estudo com estas famílias e encontraram resultados que contradizem os encontrados na literatura. Os níveis de eficácia parental percebida por pais destas famílias foram muito semelhantes aos observados na população geral. Este aspeto pode ser considerado como um fator de proteção na medida em que pode levar à diminuição do stress parental.

Neste sentido, torna-se importante avaliar a aliança parental com instrumentos válidos, fiáveis e adaptados à população portuguesa, de modo a compreender melhor o funcionamento destas famílias.

### **Capítulo 3 - Avaliação da Aliança Parental**

O Inventário de Aliança Parental (*Parenting Alliance Inventory*, PAI) desenvolvido por Abidin e Brunner (1995) é um instrumento de autorrelato que avalia a aliança parental e a relação de apoio e confiança que existe no casal como progenitores. É composto por 20 itens avaliados numa escala de Lickert do 1 (“discordo muito”) ao 5 (“concordo muito”), sendo unidimensional, onde os resultados mais elevados correspondem a uma perceção mais positiva da aliança parental. Pode ser aplicado independentemente da situação conjugal e do facto da pessoa que exerce as funções parentais ser ou não o pai biológico do menor.

A primeira validação desta escala foi realizada com uma amostra de 512 pais, 321 mães e 191 pais, em conjunto com 78 professores/prestadores de cuidados infantis e apresentou uma consistência interna elevada, com um alfa de Cronbach de 0,97. Os resultados mostraram diferenças significativas entre as mães casadas, separadas, solteiras ou divorciadas, sendo as mães casadas as que apresentam um índice mais elevado de aliança parental (Abidin & Bruner, 1995).

Que seja do nosso conhecimento, não existe nenhuma versão desta escala validada e publicada para a população portuguesa. Apenas encontramos um estudo preliminar de validação desta escala, de Pinheiro (2013). Neste estudo, a autora realizou uma análise fatorial exploratória com uma amostra de conveniência de 118 mães da população normativa, com pelo menos um filho entre os 0 e os 18 anos a residir em casa e recorreu à tradução do *Parenting*

*Alliance Inventory* (Abidin & Brunner, 1995) para a língua portuguesa realizada por Nunes e Lemos (2010). Os resultados obtidos apontam para a existência de uma estrutura unidimensional da escala, apresentando esta versão portuguesa uma consistência interna muito satisfatória, com um alfa de Cronbach de 0,97 e uma elevada fiabilidade.

Este estudo apresenta algumas limitações como o facto de a amostra apresentar uma especificidade geográfica e ser de dimensão reduzida, o que não permite generalizar os resultados obtidos; o facto das participantes e fontes de informação serem apenas as mães; a elevada dispersão das idades, tanto das mães como dos filhos; e o facto de não terem sido estudadas outro tipo de variáveis e medidas.

Para além do PAI, a aliança parental é avaliada através de outros instrumentos como a *Parenting Alliance Measure* (PAM), desenvolvida por Abidin e Konold (1999). Esta é uma revisão da PAI que tem como objetivo avaliar a qualidade da relação dos pais na prestação de cuidados aos filhos, recorrendo à perspetiva de cada um dos membros do subsistema coparental sobre o grau de cooperação, comunicação e respeito mútuo. É composto por 20 itens avaliados numa escala de Lickert do 1 (“discordo muito”) ao 5 (“concordo muito”) e bifatorial, constituída pelo fator Respeito e pelo fator Comunicação e Trabalho de Equipa (Konold & Abidin, 2001), apresentando, a versão original, uma elevada consistência interna de 0.97 (Lamela, Castro, & Figueiredo, 2013). No entanto esta versão não é de uso livre, constituindo isso uma limitação ao seu uso.

Foi realizada uma validação desta escala para a população Italiana (Camisasca et al., 2015) com uma amostra de 350 mães e 350 pais de crianças com idades compreendidas entre 1 e 15 anos. Os autores testaram a escala de dois fatores (fator Respeito e fator Comunicação e Trabalho de Equipa) validada por Konold e Abidin (2001). Os resultados deste estudo indicam que o modelo de dois fatores é adequado à população italiana, sendo os níveis de consistência

interna elevados tanto para as mães, 0.90, como para os pais, 0.92. Como limitações os autores consideram o facto da amostra utilizada ser constituída apenas por casais residentes na zona de Milão, não estando incluídos na amostra casais separados ou divorciados, nem famílias com crianças adotivas.

Existe atualmente uma validação e redução desta medida para a população portuguesa (PAM-R), realizada por Lamela e colaboradores (2013) com uma amostra de 183 participantes, maioritariamente mães (116). A versão reduzida da escala é constituída por 6 itens, sendo os procedimentos de cotação iguais aos da PAM, ou seja, cada item é cotado segundo uma escala de Likert de 5 pontos, que varia entre 1 (“discordo muito”) e 5 (“concordo totalmente”). Esta é composta por apenas uma dimensão.

Os resultados obtidos não sustentam as estruturas internas testadas da PAM, mas sustentam a utilização da versão reduzida da mesma, apresentando esta uma elevada consistência interna de 0.92. Este estudo indicou que parece existir uma associação entre o ajustamento psicossocial das crianças e a qualidade da relação interparental na prestação de cuidados aos filhos.

Como limitações os autores apresentam o facto de a versão reduzida apenas permitir avaliar a dimensão global da coparentalidade, não ser possível estratificar os participantes por dados sociodemográficos devido ao tamanho da amostra, o facto de o único critério de avaliação da confiabilidade usado terem sido os valores de consistência interna, e o facto de não terem sido utilizados outros instrumentos de medida da aliança parental, devido à inexistência dos mesmos, com o fim de testar a validade convergente da PAM.

Outro instrumento, que tem como objetivo avaliar as dimensões comportamentais da coparentalidade é o *Coparenting and Family Rating System* (McHale, Kuersten-Hogan & Lauretti, 2000). Esta é a única medida de observação em contexto real validada para a avaliação

da aliança parental, sendo um instrumento complexo que avalia as dimensões comportamentais da coparentalidade. Esta escala permite o estudo da coparentalidade em contexto laboratorial ou real, no momento das interações entre pais e filho. Apresenta qualidades psicométricas satisfatórias e não existe atualmente, do nosso conhecimento, uma versão validada para a população portuguesa.

Um dos instrumentos mais utilizados, devido à sua fácil aplicação é o *Coparenting Questionnaire* (Margolin et al., 2001) que é composto por 14 itens e avalia as perceções dos pais relativamente às dimensões de cooperação, triangulação e conflito dentro da díade coparental, sendo que cada dimensão é avaliada pelo parceiro (mãe avalia o pai e o pai avalia a mãe). Apresenta níveis satisfatórios de consistência interna nas três sub-escalas (alfas de Cronbach entre 0,69 e 0,87) para pais e mães.

Existe uma adaptação e validação publicada desta escala para a população portuguesa realizada por Pedro e Ribeiro (2015) com uma amostra de 1133 sujeitos, 530 pais e 603 mães, com filhos pré-adolescentes. Esta escala apresenta uma consistência interna entre 0,71 e 0,88, ou seja, entre o aceitável e o elevado. Este estudo apresentou algumas limitações como o facto de se ter utilizado uma amostra por conveniência, o que pode diminuir a generalização dos resultados, e o facto da mesma ser consistida apenas por casais com filhos pré-adolescentes. Ainda como limitação os autores apresentam o facto de os questionários terem sido preenchidos sem a presença dos investigadores, não tendo sido possível assegurar a resposta de forma individual e confidencial das questões. Como última limitação os autores consideram a não independência dos dados dos progenitores.

Feinberg, Fisher e Kan (2008) desenvolveram o *Your Parenting Team*, uma medida de auto-relato baseada na teoria ecológica da coparentalidade do próprio autor (Feinberg, 2003) com capacidade de operacionalizar e medir as dimensões da coparentalidade consideradas na

sua teoria. É composta por 6 subescalas com 33 itens no total e as respostas variam numa escala de 7 pontos. Encontra-se em desenvolvimento o estudo psicométrico da versão original que apresenta valores de consistência interna preliminares de 0.90 (Feinberg et al., 2008). Encontra-se em processo de validação a versão em língua portuguesa deste instrumento (Lamela & Figueiredo, 2009).

A aliança parental é uma dimensão que está associada ao funcionamento e ajustamento familiar e infantil sendo importante existirem instrumentos adaptados e validados ao contexto português. É também de grande importância avaliar a aliança parental junto das famílias em risco psicossocial, pois estas, para além de apresentarem uma maior probabilidade de sofrer separações conjugais, são aquelas que vivem em circunstâncias, tanto pessoais como ambientais, que põe em causa o bem-estar da criança.

Neste sentido, e porque os instrumentos que existem atualmente validados não se adequam, muitas vezes, ao contexto das famílias em risco psicossocial, consideramos importante a validação do Inventário de Aliança Parental, de modo a perceber se este instrumento pode ser aplicado a ambas as famílias e utilizado para compreender melhor o seu funcionamento e ajustamento familiar.

#### **Capítulo 4 – Objetivos de investigação**

O presente estudo tem como objetivo geral a validação da versão portuguesa do Inventário de Aliança Parental. Como objetivos específicos pretende-se confirmar a estrutura unidimensional do Inventário de Aliança Parental; analisar a consistência interna da escala através do alfa de Cronbach; e analisar a validade de critério com outras medidas que avaliam a parentalidade (PSOC, PSI-SF) e relação conjugal (EMS).

## **Capítulo 5 - Metodologia**

### **5.1. Amostra**

Neste estudo participaram um total de 273 famílias de crianças com idades entre os 0 e os 18 anos, residentes no Algarve, com uma medida de promoção e proteção nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens devido à existência de situações de risco, sem gravidade suficiente que necessite de medidas de proteção de afastamento da família.

### **5.2. Instrumentos**

De acordo com os objetivos propostos no presente estudo, foram utilizados os seguintes instrumentos: questionário de dados sociodemográficos, o Inventário de Aliança Parental (PAI), a Escala de Competências Parentais Percebidas (PSOC), a Escala de Stress Parental – versão reduzida (PSI-SF), e a Escala de Satisfação Marital (EMS).

O questionário de dados sociodemográficos consiste num questionário de autopreenchimento, por parte dos pais e é composto por 20 questões de resposta fechada, com o objetivo de recolher informação relativas aos dados demográficos, familiares, educativos, profissionais, económicos e de habitação.

O Inventário de Aliança Parental é um instrumento de autorrelato que avalia a aliança parental e a relação de apoio e confiança que existe no casal como progenitores e foi desenvolvido por Abidin e Brunner (1995), cujas características já referimos anteriormente (pp. 16). Neste estudo foi utilizada a versão traduzida para a língua portuguesa realizada por Nunes e Lemos (2010). No presente estudo obtivemos um índice de fiabilidade de  $\alpha = .96$

Escala de Competências Parentais Percebidas (PSOC) foi desenvolvido por Johnston e Mash (1989) e mede a competência parental percebida pelos pais em 16 itens, através de duas dimensões: eficácia como pai/mãe (EP), composta por 7 itens e a satisfação com o papel parental (SP), composta por 9 itens, numa escala de 1 (“não, totalmente em desacordo”) a 6 (“sim, totalmente de acordo”). A eficácia avalia em que medida os progenitores se sentem competentes no papel de mãe/pai (ex: “Apesar de ser difícil, eu já sei como se pode influenciar os filhos”). Por sua vez, a “Satisfação” avalia em que medida os progenitores se sentem satisfeitos com o seu papel de pai/mãe (ex: Com a idade que o meu filho tem, ser mãe não é agradável”). No presente estudo obtivemos os seguintes índices de fiabilidade:  $\alpha = .74$  para eficácia e  $\alpha = .74$  para satisfação parental.

Escala de Stress Parental – versão reduzida (PSI-SF), desenvolvido por Abidin (1995), é um questionário de autorrelato que diz respeito ao stress parental. É constituído por 36 itens, numa escala de 1 (“concordo totalmente”) e 5 (“discordo totalmente”) e divide-se em três subescalas: O distresse parental (ex: *“Sinto-me limitado/a por causa das minhas responsabilidades como mãe/pai”*), a interação disfuncional entre o cuidador e a criança (ex: *“Quando faço coisas pelo meu filho tenho a sensação que o meu esforço não é muito apreciado”*) e o grau em que o cuidador avalia o seu filho como uma criança difícil (ex: *“Parece-me que o meu filho chora mais e faz mais barulho do que a maioria das crianças”*). No presente estudo obtivemos os seguintes índices de fiabilidade:  $\alpha = .87$  para o distresse parental,  $\alpha = .80$  para a interação disfuncional entre o cuidador e a criança, e  $\alpha = .84$  para o grau em que o cuidador avalia o seu filho como uma criança difícil.

Escala de Satisfação Conjugal de Enrich (EMS) é utilizada para avaliar a satisfação global com a relação marital e foi desenvolvida por Fowers e Olson (1993). É composta por 15 itens, numa escala de 1 (“não, totalmente em desacordo”) a 5 (“totalmente de acordo”), e divide-se em Satisfação Marital (SM, 10 itens, por ex. “Estou muito satisfeita com a nossa forma de

tomar decisões e resolver problemas”) e Distorção Idealizada (DI, 5 itens, por ex.: “A nossa relação é perfeita”), sendo que as duas subescalas permitem comparar a percepção de cada um dos conjugues em relação à satisfação relativamente à sua relação. No presente estudo obtivemos os seguintes índices de fiabilidade:  $\alpha = .51$  para a Distorção Idealizada e  $\alpha = .34$  para a Satisfação Marital

### **5.3. Procedimentos**

#### ***5.3.1. Recolha de dados***

Os questionários foram aplicados através de uma entrevista individual, por vários colaboradores do projeto interuniversitário “Famílias em situação de risco psicossocial na Andaluzia ocidental e no Algarve: necessidades de intervenção e adaptação de instrumentos de avaliação do contexto familiar”, coordenado pela Doutora Cristina Nunes, e para o qual receberam formação específica.

#### ***5.3.2. Plano de análise dos dados***

Os dados foram inseridos e analisados recorrendo ao software SPSS v25 (IBM SPSS, 2017) e o software EQS 6.3 (Bentler & Wu, 2015). A análise da estrutura fatorial do Inventário de Aliança Parental foi efetuada no software EQS com estimativa por Máxima Verosimilhança (ML). Os índices de ajustamento foram calculados através do: Qui-quadrado de Satorra-Bentler/graus de liberdade, CFI (Comparative Fit Index), IFI (Incremental Fit Index), RMSEA (Root Mean Square Error of Approximation), NNFI (Non-Normed Fit Index). Os valores CFI  $\geq ,90$  e RMSEA  $< ,10$  indicam um ajustamento adequado; os valores de NNFI e CFI  $\geq ,95$  e

RMSEA  $\leq$  ,06 indicam um ajustamento bom (Byrne, 2006). Um valor de IFI  $\geq$  ,90 é considerado aceitável. A AFC foi efetuada diretamente nos itens utilizando valores de cargas fatoriais  $\geq$  .45.

As correlações de Pearson foram utilizadas para analisar as associações entre variáveis escalares e as correlações Spearman para analisar a relação entre variáveis ordinais e variáveis escalares (Leech, Barrett, & Morgan, 2015). Foram consideradas correlações fracas as correlações entre 0 e ,20, correlações moderadas entre ,20 e ,50, e correlações fortes acima de ,50 (Ferguson, 2009). A consistência interna pelo alfa de Cronbach é considerada adequada quando se encontrar acima de ,70 e as correlações item-total corrigidas são consideradas adequadas quando acima de ,30 (Dunn, Baguley, & Brunsten, 2014; Nunnally, & Bernstein, 1994; Urbina, 2014).

## **Capítulo 6 - Apresentação dos Resultados**

### **6.1. Características dos participantes**

Como é possível observar na Tabela 1, a amostra é constituída por 273 pais e mães de famílias em risco psicossocial, sendo composta, na sua maioria, por mães ( $n= 224$ , 82,%), com uma média de idades a rondar os 37 anos. Relativamente aos pais, estes representam 17.9% da amostra ( $n= 49$ ), sendo que a média de idades ronda os 40 anos. Relativamente aos rendimentos mensais, as famílias recebem uma média de 935.68€ ( $DP=544,94$ ).

Relativamente ao estado civil, a maioria dos participantes encontrava-se casado ou convivia com o parceiro(a) (71,8%), 23,8% dos participantes encontravam-se separados ou divorciados, 2,9% dos participantes encontravam-se solteiros e apenas 1,5% dos indivíduos encontravam-se viúvos.

Na maioria, as famílias eram biparentais (39,2%), 31,1% eram reconstituída e 29,7% monoparentais (n=81).

A maior parte dos participantes apresentava baixa ou nula qualificação laboral (71,2%), 24,8% apresentavam média qualificação e apenas 4% apresentavam alta qualificação.

A maioria da população não tinha estudos ou não completou os estudos primários (52%), 30,6% tinha apenas os estudos primários, 14% tinha estudos secundários e apenas 3,3% tinha estudos universitários.

Tabela 1 - *Dados sociodemográficos dos participantes*

	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>Md</i>	<i>Mín-Máx</i>
<b>Idade</b>				
Homens	40,80	9,63	40.00	20-75
Mulheres	37,06	9,17	36.00	16-70
<b>Rendimentos</b>	935,68	544,94	797.50	126-4173
	<b>n</b>	<b>%</b>		
<b>Sexo</b>				
Feminino	224	82,1		
Masculino	49	17,9		
<b>Estado Civil</b>				
Casado/convive	196	71,8		
Separado/divorciado	65	23,8		
Solteiro	8	2,9		
Viúvo	4	1,5		
<b>Tipo de Família</b>				
Monoparental	81	29,7		
Biparental	107	39,2		
Reconstituída	85	31,1		
<b>Tipo de Trabalho</b>				
Baixa ou nula qualificação	89	71,2		
Média qualificação	31	24,8		
Alta qualificação	5	4,0		
<b>Estudos</b>				
Sem estudos/primário incompletos	141	52,0		
Estudos primários	83	30,6		
Estudos secundários	38	14,0		
Estudos universitários	9	3,3		

## 6.2. Análise descritiva inicial do PAI

O Inventário de Aliança Parental (Parenting Alliance Inventory, PAI) desenvolvido por Abidin e Brunner (1995) é um instrumento de autorrelato que avalia a aliança parental e a relação de apoio e confiança que existe no casal como progenitores. É composto por 20 itens (Tabela 2) avaliados numa escala de Lickert do 1 (“discordo muito”) ao 5 (“concordo muito”), sendo unidimensional, onde os resultados mais elevados correspondem a uma perceção mais positiva da aliança parental. Pode ser aplicado independentemente da situação conjugal e do facto da pessoa que exerce as funções parentais ser ou não o pai biológico do menor.

Tabela 2 - *Itens do Inventário de Aliança Parental*

1	O meu marido aprecia estar a sós com os nossos filhos.
2	Já antes que nascessem os nossos filhos, o meu marido demonstrou-me que confiava que eu poderia ser uma boa mãe.
3	Quando há algum problema relacionado com os nossos filhos procuramos juntos boas soluções.
4	O meu marido e eu entendemo-nos bem quando tratamos de temas relacionados com os nossos filhos.
5	O meu marido está disposto a sacrificar-se para atender os nossos filhos.
6	Faço tudo que é possível para falar com o meu marido sobre os nossos filhos.
7	O meu marido presta muita atenção aos nossos filhos.
8	O meu marido e eu estamos de acordo nas coisas que deixamos os nossos filhos fazerem ou não.
9	Quando vejo o meu marido fazer alguma coisa com os nossos filhos sinto-me muito unida a ele.
10	O meu marido sabe desenhencilhar-se bem com as crianças.
11	O meu marido e eu formamos uma boa equipa como pais.
12	O meu marido acha que sou uma boa mãe.
13	Acho que o meu marido é um bom pai.
14	O meu marido ajuda a tornar mais fácil cumprir com as minhas tarefas de mãe.
15	O meu marido e eu vemos os nossos filhos da mesma maneira.

<b>16</b>	Se tivéssemos que descrever os nossos filhos, eu e o meu marido diríamos praticamente o mesmo.
<b>17</b>	Quando temos que castigar os nossos filhos estamos de acordo sobre o que fazer.
<b>18</b>	Sinto-me bem com o que pensa o meu marido sobre o que é mais adequado para os nossos filhos.
<b>19</b>	O meu marido diz-me que sou uma boa mãe.
<b>20</b>	O meu marido e eu temos as mesmas aspirações para os nossos filhos.

Na Tabela 3 encontram-se as estatísticas descritivas do instrumento. A média das respostas dos participantes situa-se nos 73,78 ( $DP=20,02$ ), o que revela que os participantes têm uma perceção de aliança parental elevada.

É possível observar através dos índices de assimetria (-0,74) e de curtose (-0,37), que os dados não se afastam muito da normalidade ( $Sk < 3$  e  $Ku < 10$ ).

O instrumento apresenta uma consistência interna muito elevada ( $\alpha=.96$ ).

Tabela 3 - *Estatísticas descritivas do PAI para a população de risco*

<b>Média</b>	73,78
<b>Desvio-Padrão</b>	20,02
<b>Mediana</b>	79
<b>Moda</b>	100
<b>Mínimo – Máximo</b>	20-100
<b>Assimetria</b>	-0,74
<b>Curtose</b>	-0,37
<b><math>\alpha</math></b>	,96

É possível observar na Tabela 4 que o valor do Alpha de Cronbach não se alterava com a exclusão de nenhum dos itens, pelo que não existiu necessidade de retirar nenhum item.

Observou-se ainda que as correlações entre cada item e a pontuação total da escala oscilavam entre .49 e .87, sendo estas consideradas adequadas. O item 2 é o que apresentava pior correlação, enquanto o item 11 apresentava um coeficiente mais elevado.

Tabela 4 - *Análise da capacidade discriminante dos 20 itens originais do PAI para as famílias da população de risco (N = 249)*

	<i>M</i>	<i>DP</i>	Assimetria	Curtose	<i>r</i> item-total corrigida	$\alpha$ se eliminar o item
<b>Item 1</b>	3,58	1,39	-0,67	-0,84	,64	,96
<b>Item 2</b>	4,33	0,91	-1,68	3,05	,49	,96
<b>Item 3</b>	3,73	1,45	-0,90	-0,66	,83	,96
<b>Item 4</b>	3,62	1,42	-0,77	-0,78	,81	,96
<b>Item 5</b>	3,75	1,42	-0,81	-0,73	,82	,96
<b>Item 6</b>	4,09	1,17	-1,43	1,31	,69	,96
<b>Item 7</b>	3,75	1,34	-0,90	-0,40	,83	,96
<b>Item 8</b>	3,13	1,35	-0,07	-1,28	,63	,96
<b>Item 9</b>	3,64	1,36	-0,77	-0,71	,73	,96
<b>Item 10</b>	3,69	1,40	-0,77	-0,79	,71	,96
<b>Item 11</b>	3,67	1,39	-0,76	-0,76	,87	,96
<b>Item 12</b>	4,26	0,90	-1,31	1,72	,62	,96
<b>Item 13</b>	3,99	1,24	-1,17	0,28	,86	,96
<b>Item 14</b>	3,41	1,55	-0,45	-1,37	,85	,96
<b>Item 15</b>	3,43	1,42	-0,47	-1,12	,73	,96
<b>Item 16</b>	3,40	1,31	-0,42	-0,96	,70	,96
<b>Item 17</b>	3,11	1,38	-0,14	-1,34	,66	,96
<b>Item 18</b>	3,57	1,33	-0,66	-0,81	,78	,96
<b>Item 19</b>	3,78	1,32	-0,94	-0,32	,58	,96
<b>Item 20</b>	3,88	1,23	-1,01	0,12	,71	,96

### 6.3. Análise fatorial confirmatória

A análise da estrutura fatorial do Inventário de Aliança Parental (Tabela 5) foi efetuada no software EQS com estimativa por Máxima Verosimilhança (ML), obtendo-se um modelo unifatorial do PAI com correlação entre os erros dos itens 8 e 17.

Os índices de adequação revelaram uma boa adequação do modelo unifatorial, sugerindo que essa estrutura interna pode ser assumida, pois os valores de  $S-B\chi^2/df$  (2,33), IFI (0,99), NNFI (0,99), CFI (0,99) e RMSEA (0,07), encontram-se dentro dos parâmetros necessários (CFI e NNFI  $\geq 0,90$  e RMSEA  $< 0,10$  indicam um ajustamento adequado,  $S-B\chi^2/df < 2$  ou 3, IFI  $\geq 0,90$  são considerados aceitáveis).

Tabela 5 - Indicadores da bondade do ajuste para os diferentes modelos ML do PAI

PAI	S-B $\chi^2$	df	S-B $\chi^2$ / df	IFI	NNFI	CFI	RMSEA	Confidence Interval (90%)	AIC
Modelo Unifatorial <sup>1</sup>	396,54	170	2,33	0,99	0,99	0,99	0,07	0,06 – 0,08	56,54

*Nota:* ML = Máxima Verosimilhança; S-B $\chi^2$  = Qui-quadrado de Satorra-Bentler; df = Graus de Liberdade; IFI = Índice de Ajustamento Incremental; CFI = Índice de Ajuste Comparativo; NNFI = Índice de Ajuste Não-Normalizado; RMSEA = Raiz Média dos Quadrados dos Erros de Aproximação; AIC = Critério de Informação de Akaike, (1) inter-correlação erro item 8-17.

Todos os itens (Figura 2) apresentaram pesos fatoriais elevados ( $\lambda \geq 0,5$ ). O item 1 apresentou um valor no limite aceitável (0,55).

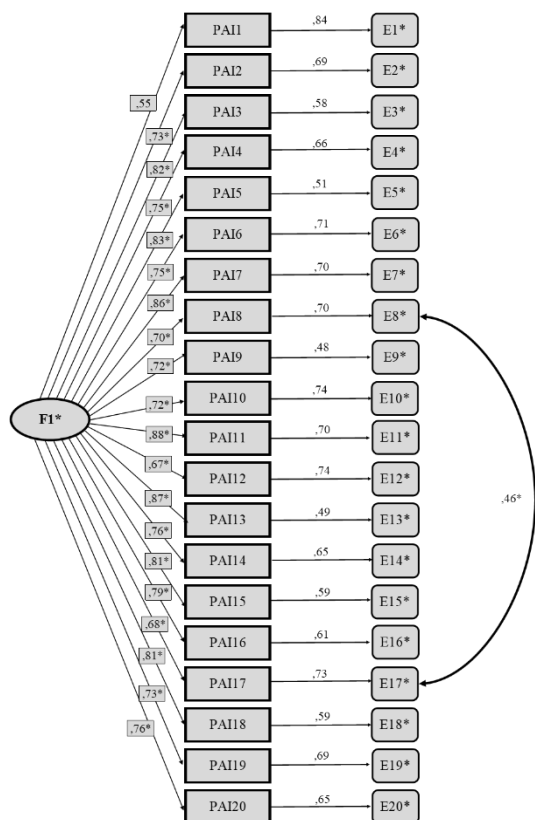


Figura 2 - Diagrama da Solução Fatorial do PAI

Os valores da carga fatorial do modelo unifatorial (Tabela 6) variam entre ,54 (item 2) e ,93 (item 13) sendo estes valores significativos, podendo-se concluir que as variáveis contribuem de forma significativa para a formação do fator.

Tabela 6 - Carga fatorial dos itens para o PAI

PAI	F1
Item 1	,73
Item 2	,54
Item 3	,88
Item 4	,86
Item 5	,89
Item 6	,75
Item 7	,90
Item 8	,69
Item 9	,81
Item 10	,81
Item 11	,92
Item 12	,68

Item 13	,93
Item 14	,91
Item 15	,80
Item 16	,75
Item 17	,72
Item 18	,84
Item 19	,67
Item 20	,77

Nota. F = Fator.

Parece existir uma adequação do modelo (Tabela 7) sendo que a escala apresenta uma consistência interna muito boa (.96). O valor da média das correlações inter-item (.55) pode também ser considerado aceitável, ainda que ligeiramente acima dos valores recomendados (entre ,15 e ,50), revelando uma boa homogeneidade dos itens. Também as correlações corrigidas entre o item e o total (.49 - ,87) são consideradas aceitáveis (>,40)

Tabela 7 - Alfa de Cronbach, média das correlações inter-item, correlações corrigidas item-total

	Alpha	MIIC	CITCR
PAI	.96	.55	.49 - .87

Note. Alpha = Alfa de Cronbach; MIIC = média das correlações inter-item; CITCR = correlações corrigidas item-total

#### 6.4. Validez de constructo

O PAI relaciona-se de forma significativa com todos os restantes instrumentos (Tabela 8), existindo uma correlação positiva e moderada entre com o EMS, positiva e negligenciável com o PSOC, e negativa e negligenciável com o PSI.

É possível depreender que com um aumento da satisfação marital (EMS) e da percepção de competências parentais (PSOC), também a aliança parental aumenta (PAI), no entanto com o aumento do stress parental (PSI), a aliança parental diminui.

Ainda que as correlações não sejam muito fortes, parece realmente existir uma relação entre os diversos instrumentos.

Tabela 8 - *Relação entre o PAI e os restantes instrumentos*

	<b>EMS</b>	<b>PSOC</b>	<b>PSI</b>
<b>PAI</b>	,56*	,29*	-,23*

*\*p<0,01*

Verificou-se uma relação significativa do PAI com todos as dimensões dos restantes instrumentos (Tabela 9), existindo uma correlação positiva e moderada com as duas dimensões do EMS, positiva e fraca com a dimensão de Eficácia parental do PSOC, positiva e negligenciável com a dimensão de Satisfação Parental do PSOC. Existe uma correlação negativa e negligenciável com todas as dimensões do PSI.

Tabela 9 - *Relação entre o PAI e as dimensões dos restantes instrumentos*

	<b>EMS SM</b>	<b>EMS DI</b>	<b>PSOC EP</b>	<b>PSOC SP</b>	<b>PSI DP</b>	<b>PSI ID</b>	<b>PSI CD</b>
<b>PAI</b>	,57*	,54*	,30*	,16*	-,24*	-,20*	-,16*

*\*p<0,01*

Nota: SM – Satisfação Marital; DI – Distorção Idealizada; EP – Eficácia Parental; SP – Satisfação Parental; DP – Distresse Parental; ID – Interação Disfuncional; CD – Criança Difícil

## Capítulo 7 – Discussão dos Resultados

O principal objetivo deste estudo consistiu na validação do Inventário de Aliança Parental (Abidin & Brunner, 1995) para a população portuguesa. Neste sentido foram definidos objetivos específicos que serão, em seguida, discutidos: 1) confirmar a estrutura unidimensional do Inventário de Aliança Parental, 2) analisar a consistência interna da escala através do alfa de Cronbach e 3) analisar a validade de critério com outras medidas que avaliam a parentalidade (PSOC, PSI-SF) e a relação conjugal (EMS).

Para a avaliação da validade de constructo do PAI, foi realizada uma análise fatorial confirmatória. Os resultados obtidos através dos diversos procedimentos estatísticos suportam a utilização desta escala para a avaliação da aliança parental na população portuguesa.

No que diz respeito ao primeiro objetivo específico, os resultados confirmam a estrutura unidimensional do PAI, o que vai ao encontro da escala original de Abidin e Brunner (1995). Para a obtenção desta estrutura foram utilizados o método estimador de máxima verosimilhança e o software EQS. Os resultados obtidos através dos índices confirmam a adequação do modelo unifatorial, o que sugere que a sua estrutura interna pode ser assumida.

Não foi necessário retirar nenhum item da escala original, uma vez que o valor do Alpha de Cronbach não se alterava com a exclusão de um item. No geral e ao encontro do estudo original de Abidin e Brunner (1995) e de um estudo realizado com famílias em risco portuguesas (Ayala-Nunes et al., 2013), a escala apresenta uma consistência interna muito elevada, sendo isto um indicador de uma boa adequação da escala à população em estudo.

Em relação ao terceiro objetivo específico, verifica-se a existência de uma relação entre o PAI e os restantes instrumentos utilizados, o que contribui para a validade de critério, sendo também um bom indicador da adequação da escala. Esta aspeto indica-nos também a existência

de relações entre a aliança parental, a satisfação marital, a percepção de competências parentais e o stress parental.

Foi possível observar que existe uma maior percepção de aliança parental com o aumento da satisfação marital e da percepção de competências parentais. Num sentido inverso, existe uma menor percepção de aliança parental com o aumento do stress parental. Estes aspetos vão ao encontro de diversa literatura. Estas dimensões influenciam-se mutuamente, sendo determinantes do comportamento parental (Abidin, 1992).

No que diz respeito à aliança parental sentida pelas famílias do nosso estudo, seria de esperar que estas famílias, cuja suas características levam a situações e experiências stressantes e conseqüentemente a relações conjugais problemáticas experimentassem baixos níveis de aliança parental, no entanto, no nosso estudo estas famílias apresentavam um índice de Aliança Parental ligeiramente elevado, mesmo que sendo inferior à média dos resultados obtido por Abidin e Brunner (1995) numa amostra comunitária. Os nossos resultados foram ainda inferiores aos apresentados por Menéndez, Hidalgo, Jiménez, Lorence e Sánchez (2010), no seu estudo com famílias em risco psicossocial.

Estes resultados levam-nos a sugerir que as famílias em risco psicossocial apresentam uma percepção mais baixa de aliança parental, ou seja, de apoio por parte do companheiro no que diz respeito ao cuidado da criança e a outras tarefas relacionadas com a parentalidade, do que a população geral. Ayala-Nunes e colaboradoras (2013) obtiveram resultados semelhantes no estudo realizado com famílias portuguesas em risco psicossocial. Neste sentido revela-se importante trabalhar com estas famílias a aliança parental e os seus componentes, uma vez que esta tem influência no ajustamento das crianças (Baril et al., 2007), podendo atenuar a situação de risco em que estas vivem.

Podemos afirmar, que o PAI apresenta boas características psicométricas para a sua validação, apresentando níveis de consistência interna e fiabilidade bastante satisfatórios. Os resultados das análises estatísticas realizadas foram semelhantes com os obtidos no estudo original de Abidin e Brunner (1995).

Como limitações consideramos o facto de o estudo ser realizado apenas com famílias em risco da região do Algarve, sendo importante realizar uma validação com uma amostra de todo o país, tanto de famílias em risco como da população geral. Em estudos futuros seria interessante analisar a invariância entre ambas as amostras (população em risco e geral).

## **Capítulo 8 – Conclusões**

Este estudo surgiu da necessidade do aprofundamento de estudos relativos à aliança parental e também da necessidade da validação de instrumentos que avaliem este constructo para que seja possível realizar estudos de maior confiança. Decidimos realizar esta validação com famílias em risco psicossocial, uma vez que são poucos os instrumentos validados para esta população específica e porque uma melhor aliança parental pode atuar como um fator protetor para as crianças inseridas nestas famílias.

Podemos concluir que este instrumento é passível de ser utilizado para estudar a aliança parental na população portuguesa, uma vez que preenche os critérios necessários à sua validação. Esperamos que com esta contribuição, possa tornar-se mais fácil o estudo desta dimensão nas famílias portuguesas, em especial, as famílias em risco psicossocial, podendo assim serem delineadas estratégias de intervenção mais específicas.

## Capítulo 9 - Referências bibliográficas

- Abidin, R. R. (1992). The Determinants of Parenting Behavior. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, 21(4), 407–412. <https://doi.org/10.1207/s15374424jccp2104>
- Abidin, R. R. (1995). *The Parenting Stress Index Professional Manual*. Odessa, FL: Psychological Assessment Resources.
- Abidin, R. R., & Brunner, J. F. (1995). Development of a parenting alliance inventory. *Journal of Clinical Child Psychology*, 24(1), 31–40. [https://doi.org/10.1207/s15374424jccp2401\\_4](https://doi.org/10.1207/s15374424jccp2401_4)
- Abidin, R. R., & Konold, T. R. (1999). *PAM: parenting alliance measure: professional manual*. Psychological Assessment Resources.
- Ayala-Nunes, L., Hidalgo, G. M. V, Jimenez, L., & Jesus, S. N. (2016). Psychosocial Profile of Spanish and Portuguese Family Preservation Users: an Analysis of Needs and Intervention Clues. *Journal of Spatial and Organizational Dynamics*, 4(1), 81–101.
- Ayala-Nunes, L., Lemos, I., & Nunes, C. (2014). Predictores del estrés parental en madres de familias en riesgo psicosocial. *Universitas Psychologica*, 13(2), 529–539. <https://doi.org/10.11144/Javeriana.UPSY13-2.pepm>
- Ayala-Nunes, L., Nunes, C., & Lemos, I. (2013). Parenting Alliance Among Mothers of Psychosocially At-Risk Families. *Discussion Papers - Spatial and Organizational Dynamics*, 13.
- Ayala-Nunes, L., Nunes, C., & Lemos, I. (2017). Social support and parenting stress in at-risk Portuguese families. *Journal of Social Work*, 17(2). <https://doi.org/10.1177/1468017316640200>

- Baril, M. E., Crouter, A. C., & McHale, S. M. (2007). Processes Linking Adolescent Well-Being, Marital Love, and Coparenting. *Journal of Family Psychology, 21*(4), 645–654. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.21.4.645>
- Behnke, A. O., MacDermid, S. M., Coltrane, S. L., Parke, R. D., Duffy, S., & Widaman, K. F. (2008). Family Cohesion in the Lives of Mexican American and European American Parents. *Journal of Marriage and Family, 70*(November), 1045–1059. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2008.00545.x>
- Belsky, J. (1984). The Determinants of Parenting : A Process Model. *Child Development, 55*(1), 83–96. <https://doi.org/10.2307/1129836>
- Belsky, J., Lang, M. E., & Rovine, M. (1985). Stability and Change in Marriage Across the Transition to Parenthood : A Second Study. *Journal of Marriage and Family, 47*(4), 855–865.
- Belsky, J., Putnam, S., & Crnic, K. (1996). Coparenting, parenting, and early emotional development. In J. P. McHale & P. A. Cowan (Eds.), *Understanding how family-level dynamics affect children's development: Studies of two-parent families* (pp. 45–55). San Francisco: Jossey-Bass.
- Bentler, P., & Wu, E. (2015). *Supplement to EQS 6.3 for Windows user's guide*. Temple City, CA: Multivariate Software.
- Biasoli-Alves, Z. M. M. (2004). Pesquisando e intervindo com famílias de camadas diversificadas. Em C. R. Althoff, I. Elsen & R. G. Nitschke (Orgs.), *Pesquisando a família: olhares contemporâneos* (pp. 91-106). Florianópolis: Papa-livro.
- Bonds, D. D., & Gondoli, D. M. (2007). Examining the Process by Which Marital Adjustment Affects Maternal Warmth: The Role of Coparenting Support as a Mediator. *Journal of*

*Family Psychology*, 21(2), 288–296. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.21.2.288>

- Brody, G. H., Stoneman, Z., Flor, D., Mccrary, C., Hastings, L., & Conyers, O. (1994). Financial Resources , Parent Psychological Functioning , Parent Co-Caregiving , and Early Adolescent Competence in Rural Two-Parent African-American Families. *Child Development*, 65(2), 590–605.
- Buehler, C., Krishnakumar, A., Stone, G., Anthony, C., Pemberton, S., Gerard, J. M., & Barber, B. K. (1998). Interparental Conflict Styles and Youth Problem Behaviors: A Two-Sample Replication Study. *Journal of Marriage and Family*, 60(1), 119–132. <https://doi.org/10.2307/353446>
- Buehler, C., & Welsh, D. P. (2009). A Process Model of Adolescents' Triangulation Into Parents' Marital Conflict: The Role of Emotional Reactivity. *Journal of Family Psychology*, 23(2), 167–180. <https://doi.org/10.1037/a0014976>
- Burman, B., John, R. S., & Margolin, G. (1987). Effects of Marital and Parent-Child Relations on Children's Adjustment. *Journal of Family Psychology*, 1(1).
- Byrne, B. (2006). *Structural equation modeling with EQS: Basic concepts, applications, and programming*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates
- Camisasca, E., Miragoli, S., Caravita, S., & Di Blasio, P. (2015). The parenting alliance measure: The first contribution to the validation of the measure in Italian mothers and fathers. *TPM - Testing, Psychometrics, Methodology in Applied Psychology*, 22(1), 71–95. <https://doi.org/10.4473/TPM22.1.6>
- Camisasca, E., Miragoli, S., & Di Blasio, P. (2013). L'attaccamento modera le reazioni dei bambini esposti al conflitto genitoriale? Verifica di un modello integrato. *Psicologia Clinica Dello Sviluppo*, XVII(3). <https://doi.org/10.1449/76229>

- Cantó, O. & Mercader, M. (2000). *La pobreza infantil en España: alcance, evolución y duración. Documento de trabajo nº 66 del Innocenti Occasional Papers*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales. (Disponível em [www.unicef-icdc.org](http://www.unicef-icdc.org)).
- Coelho, M., & Ribeiro, J. (2000). Influência do suporte social e do coping sobre a percepção subjectiva de bem-estar. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 1(1), 79–87.
- Cohen, R. S., & Weissman, S. H. (1984). The parenting alliance. In R. S. Cohen, B. J. Colder, & S. H. Weissman (Eds.), *Parenthood: A psychodynamic perspective* (pp. 33- 49). New York Guilford.
- Davies, P. T., & Cummings, E. M. (1994). Marital conflict and child adjustment: an emotional security hypothesis. *Psychological Bulletin*, 116(3), 387–411. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.116.3.387>
- Drummond, M. & Drummond Filho, H. (1998). *Drogas: a busca de respostas*. São Paulo: Loyola.
- Dunn, T., Baguley, T., & Brunsten, V. (2014). From alpha to omega: A practical solution to the pervasive problem of internal consistency estimation. *British Journal of Psychology*, 105, 399–412. Doi:10.1111/bjop.12046
- Fauber, R. L., & Long, N. (1991). Children in context: The role of the family in child psychotherapy. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 59(6), 813–820. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.59.6.813>
- Favez, N., Frascarolo, F., Carneiro, C., Montfort, V., Corboz-Warnery, A., & Fivaz-Depeursinge, E. (2006). The Development of the Family Alliance from Pregnancy to Toddlerhood and Children Outcomes at 18 Months. *Infant and Child Development*, 15, 59–73. <https://doi.org/10.1002/icd.430>

- Feinberg, M. E. (2002). Coparenting and the transition to parenthood: A framework for prevention. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 5(3), 173–195. <https://doi.org/10.1023/A:1019695015110>
- Feinberg, M. E. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: A framework for research and intervention. *Parenting*, 3(2), 95–131. <https://doi.org/10.1207/S15327922PAR0302>
- Feinberg, M., Fisher, A., & Kan, M. (2008). A theoretically based measure of coparenting. *Manuscrito em preparação*.
- Feinberg, M. E., Kan, M. L., & Hetherington, E. M. (2007). The Longitudinal Influence of Coparenting Conflict on Parental Negativity and Adolescent Maladjustment. *Journal of Marriage and Family*, 69, 687–702.
- Ferguson, C. (2009). An effect size primer: A guide for clinicians and researchers. *Professional Psychology: Research and Practice*, 40, 532–538. Doi:10.1037/a0015808
- Floyd, F. J., Gilliom, L. A., & Costigan, C. L. (1998). Marriage and the parenting alliance: longitudinal prediction of change in parenting perceptions and behaviors. *Child Development*, 69(5), 1461–1479. <https://doi.org/10.2307/1132278>
- Forehand, R., & Jones, D. J. (2003). Neighborhood Violence and Coparent Conflict: Interactive Influence on Child Psychosocial Adjustment. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 31(6), 591–604. <https://doi.org/10.1023/A:1026206122470>
- Fowers, B. J., & Olson, D. H. (1993). ENRICH Marital Satisfaction Scale: A brief research and clinical tool. *Journal of Family psychology*, 7(2), 176. Doi:10.1037/0893-3200.7.2.176
- Gable, S., Belsky, J., & Crnic, K. (1992). Marriage, parenting, and child development: Progress and prospects. *Journal of Family Psychology*, 5(3–4), 276–294.

<https://doi.org/10.1037/0893-3200.5.3-4.276>

Gable, S., Crnic, K., & Belsky, J. (1994). Coparenting within the Family System: Influences on Children's Development. *Family Relations*, 43(4), 380–386.

<https://doi.org/10.2307/585368>

García, C., Malo, M. A. & Toharia, L. (2001). *La pobreza en España. Un análisis crítico basado en el Panel de Hogares de la Unión Europea (PHOGUE)*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales.

Gómez, E., Muñoz, M. M., & Haz, A. M. (2007). Familias Multiproblemáticas y en Riesgo Social: Características e Intervención. *Psykhe*, 16(2), 43–54.

Hidalgo, M., Menéndez, S., Sánchez, J., Lorence, B., & Jiménez, L. (2010). Intervention with at-risk families; contributions from a psycho-educational perspective. *Psychology in Spain*, 14(1).

IBM SPSS. (2017). *IBM SPSS statistics base 25*. Chicago, IL: SPSS.

Johnston, C., & Mash, E. J. (1989). A Measure of Parenting Satisfaction and Efficacy. *Journal of Clinical Child Psychology*, 18(2), 167–175.

[https://doi.org/10.1207/s15374424jccp1802\\_8](https://doi.org/10.1207/s15374424jccp1802_8)

Jouriles, E. N., & Farris, A. M. (1992). Effects of marital conflict on subsequent parent-son interactions. *Behavior Therapy*, 23(3), 355–374. [https://doi.org/10.1016/S0005-7894\(05\)80163-7](https://doi.org/10.1016/S0005-7894(05)80163-7)

Kitzmann, K. M. (2000). Effects of marital conflict on subsequent triadic family interactions and parenting. *Developmental Psychology*, 36(1), 3–13. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.36.1.3>

Kolak, A. M., & Volling, B. L. (2007). Parental Expressiveness as a Moderator of Coparenting

- and Marital Relationship Quality. *Family Relations*, 56, 467–478.
- Konold, T. R., & Abidin, R. R. (2001). Parenting Alliance: A Multifactor Perspective. *Psychological Assessment Resources*, 8(1), 47–65. <https://doi.org/0803973233>
- Lamela, D., Castro, M., & Figueiredo, B. (2013). Parenting alliance measure: A Portuguese validation and development of a short-form version. *Revista de Psiquiatria Clinica*, 40(6), 215–219. <https://doi.org/10.1590/S0101-60832013000600002>
- Lamela, D., & Figueiredo, B. (2009). Psychometric properties of the Portuguese version of the Your Parenting Team (YPT). *Manuscrito em preparação*.
- Lamela, D., Nunes-Costa, R., & Figueiredo, B. (2010). Modelos teóricos das relações coparentais: revisão crítica. *Psicologia Em Estudo*, 15(1), 205–216. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722010000100022>
- Leech, N., Barrett, K., & Morgan, G. (2015). *IBM SPSS for intermediate statistics*. New York, NY:LEA.
- Lindsey, E. W., & Caldera, Y. M. (2005). Interparental agreement on the use of control in childrearing and infants' compliance to mother's control strategies. *Infant Behavior & Development*, 28, 165–178. <https://doi.org/10.1016/j.infbeh.2005.02.004>
- López, F. (2008). *Necesidades en la infancia y en la adolescencia: Respuesta familiar, escolar y social*. Madrid: Pirámide.
- Lorence, B. L., Hidalgo, V. G., & Dekovic, M. (2013). Adolescent adjustment in at-risk families: The role of psychosocial stress and parental socialization. *Salud Mental*, 36(1), 49–57.
- Margolin, G., Gordis, E. B., & John, R. S. (2001). Coparenting: A Link Between Marital Conflict and Parenting in Two-Parent Families. *Journal of Family Psychology*, 15(1), 3–

21. <https://doi.org/10.1037//0893-3200.15.1.3>

McHale, J., Kuersten, R., & Lauretti, A. (1996). New Directions in the Study of Family-Level Dynamics During Infancy and Early Childhood. *New Directions for Child Development*, 74.

McHale, J., Kuersten-Hogan, R. & Lauretti, A. (2000). Evaluating coparenting and family-level dynamics during infancy and early childhood: The Coparenting and Family Rating System. In P. Kerig & K. Lindahl (Orgs.), *Family observational coding systems: Resources for systemic research* (pp. 151–170). Mahwah, NJ: Erlbaum.

McHale, J. P., Kazali, C., Rotman, T., Talbot, J., Carleton, M., & Lieberson, R. (2004). The transition to coparenthood: Parents' prebirth expectations and early coparental adjustment at 3 months postpartum. *Development and Psychopathology*, 16(3), 711–733. <https://doi.org/10.1017/S0954579404004742>

McHale, J. P., & Rasmussen, J. L. (1998). Coparental and family group-level dynamics during infancy: Early family precursors of child and family functioning during preschool. *Development and Psychopathology*, 10(1), 39–59. <https://doi.org/10.1017/S0954579498001527>

Menéndez, S., Hidalgo, V., Jiménez, L., Lorence, B., & Sánchez, J. (2010). Perfil psicosocial de familias en situación de riesgo. Un estudio de necesidades con usuarias de los Servicios Sociales Comunitarios por razones de preservación familiar. *Anales de Psicología*, 26(2), 378–389.

Minuchin, P. (1985). Families and individual development: provocations from the field of family therapy. *Child Development*, 56(2), 289–302.

Morrill, M. I., Hines, D. A., Mahmood, S., & Córdova, J. V. (2010). Pathways between

- marriage and parenting for wives and husbands: The role of coparenting. *Family Process*, 49(1), 59–73. <https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.2010.01308.x>
- Nunes, C., & Ayala-Nunes, L. (2015). Famílias em risco psicossocial: desafios para a avaliação e intervenção. *Journal of Child and Adolescent Psychology*, 6(1), 95–108.
- Nunes, C., Ayala-Nunes, L., Martins, C., & Gonçalves, A. (2019). As famílias em risco psicossocial no Algarve. In Nunes & L. Ayala-Nunes (Coords.). *Famílias em risco. Avaliação e intervenção psicoeducativa* (cap. 4, pp. 127-145). Faro: Silabas e Desafios.
- Nunes, C., & Lemos, I. (2010). Tradução do Parenting Alliance Inventory (PAI). Documento não publicado, Universidade do Algarve, Faro, Portugal.
- Nunes, C., Lemos, I., Ayala Nunes, L., & Costa, D. (2013). Acontecimentos de vida stressantes e apoio social em famílias em risco psicossocial. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 14(2), 313–320.
- Nunnally, J. C., & Bernstein, I. H. (1994). *Psychometric theory* (3<sup>rd</sup> ed.). New York: McGraw-Hill.
- Palacios, J., & Rodrigo, M. J. (1998). La familia como contexto de desarrollo humano. In M. J. Rodrigo e J. Palacios (Eds.), *Familia y desarrollo humano* (pp. 25-44). Madrid: Alianza Editorial.
- Pedro, M. F., & Ribeiro, M. T. (2015). Adaptação portuguesa do questionário de coparentalidade: análise fatorial confirmatória e estudos de validade e fiabilidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28(1), 116–125. <https://doi.org/10.1590/1678-7153.201528113>
- Pinheiro, M. D. (2013). *Estudo Preliminar De Validação Da Escala De Aliança Parental ( Parenting Alliance Inventory ) Estudo Preliminar De Validação Da Escala De Aliança*

*Parental ( Parenting Alliance Inventory )*. Universidade do Algarve.

Rodrigo, M. J., & Byrne, S. (2011). Social Support and Personal Agency in At-Risk Mothers.

*Psychosocial Intervention*, 20(1), 13–24. <https://doi.org/10.5093/in2011v20n1a2>

Rodrigo, M. J., Máiquez, M. L., Martín, J. C., & Byrne, S. (2008). *Preservación familiar. Un enfoque positivo para la intervención con familias*. Madrid: Pirámide.

Ruble, D. N., Hackel, L. S., Fleming, A. S., & Stangor, C. (1988). Changes in the Marital Relationship During the Transition to First Time Motherhood: Effects of Violated Expectations Concerning Division of Household Labor. *Journal of Personality and Social Psychology*, 55(1), 78–87.

Rutter, M. (1987). Parental mental disorder as a psychiatric risk factor. In A. Hales, & A. Frances (Eds.) American Psychiatric Association – *Annual Review* (Vol.6, pp. 647-663). American Psychiatric Press, Inc. Washington, DC.

Simons, R. L., Lorenz, F. O., Wu, C., & Conger, R. D. (1993). Social Network and Marital Support as Mediators and Moderators of the Impact of Stress and Depression on Parental Behavior. *Developmental Psychology*, 29(2), 368–381.

Stright, A. D., & Neitzel, C. (2003). Beyond parenting: Coparenting and children's classroom adjustment. *International Journal of Behavioral Development*, 27(1), 31–40. <https://doi.org/10.1074/jbc.272.2.843>

Teubert, D., & Pinquart, M. (2010). The association between coparenting and child adjustment: A meta-analysis. *Parenting*, 10(4), 286–307. <https://doi.org/10.1080/15295192.2010.492040>

Urbina, S. (2014). *Essentials of psychological testing* (2<sup>nd</sup> ed.). Hoboken, NJ: John Wiley & Sons.

Van Egeren, L. A., & Hawkins, D. P. (2004). Coming to Terms With Coparenting: Implications of Definition and Measurement. *Journal of Adult Development, 11*(3).

Wills, T. A., & Shinar, O. (2000). Measuring perceived and received social support. In S. Cohen, L. Gordon, & B. Gottlieb (Eds), *Social support measurement and intervention: A guide for health and social scientists* (pp. 86–135). New York, NY: Oxford University Press.

## **Anexos:**

## Anexo A

### Parenting Alliance Inventory (PAI)

(Versão para mães cujo conjugue atual é o pai dos filhos e que mantém um contacto regular com estes ou é uma pessoa que assume as funções de pai com os seus filhos)

Em seguida, apresentamos várias frases que se referem à relação que você mantém com o seu marido enquanto pais.

Escolha a resposta que reflete melhor a sua relação.

Faça um círculo na pessoa em que está a pensar para completar este questionário:	Não, totalmente em desacordo	Em desacordo	Não tenho a certeza	De acordo	Sim, totalmente de acordo
1. O pai dos meus filhos que atualmente é o meu marido.					
2. O pai dos meus filhos que atualmente já não é o meu marido.					
3. O meu novo marido.					
1. O meu marido aprecia estar a sós com os nossos filhos.					
2. Já antes que nascessem os nossos filhos, o meu marido demonstrou-me que confiava que eu poderia ser uma boa mãe.					
3. Quando há algum problema relacionado com os nossos filhos procuramos juntos boas soluções.					
4. O meu marido e eu entendemo-nos bem quando tratamos de temas relacionados com os nossos filhos.					
5. O meu marido está disposto a sacrificar-se para atender os nossos filhos.					
6. Faço tudo que é possível para falar com o meu marido sobre os nossos filhos.					
7. O meu marido presta muita atenção aos nossos filhos.					
8. O meu marido e eu estamos de acordo nas coisas que deixamos os nossos filhos fazerem ou não.					
9. Quando vejo o meu marido fazer alguma coisa com os nossos filhos sinto-me muito unida a ele.					
10. O meu marido sabe desenvencilhar-se bem com as crianças.					
11. O meu marido e eu formamos uma boa equipa como pais.					
12. O meu marido acha que sou uma boa mãe.					
13. Acho que o meu marido é um bom pai.					
14. O meu marido ajuda a tornar mais fácil cumprir com as minhas tarefas de mãe.					
15. O meu marido e eu vemos os nossos filhos da mesma maneira.					
16. Se tivéssemos que descrever os nossos, eu e o meu marido diríamos praticamente o mesmo.					
17. Quando temos que castigar os nossos filhos estamos de acordo sobre o que fazer.					
18. Sinto-me bem com o que pensa o meu marido sobre o que é mais adequado para os nossos filhos.					
19. O meu marido diz-me que sou uma boa mãe.					
20. O meu marido e eu temos as mesmas aspirações para os nossos filhos.					

No caso de que sejam dois homens adultos os que façam funções de pai (i.e., o pai biológico e o novo companheiro da mãe) este questionário deve ser aplicado duas vezes para cada mãe.